



ANOS

Justiça Eleitoral

A m a p á



Tribunal  
Regional  
Eleitoral-AP







ANOS

Justiça Eleitoral

Amapá





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

**2021/2022**

**Des. Gilberto de Paula Pinheiro**  
*Presidente*

**Des. João Guilherme Lago Mendes**  
*Vice-presidente e Corregedor Eleitoral*

### **Correlatores**

#### **Relatores**

*Relatores de Primeira Instância*  
**Augusto César Gomes Leite**  
*Relatores de Segunda Instância*  
**Roberto Roberto Freitas**  
*Relatores de Terceira Instância*

#### **Substitutos**

**Des. Gomes de Carvalho**  
**Des. Carlos Antônio de Sousa**  
**Joselino Gonçalves da Silva**  
**Willy Coldebate Vasconcelos Barros Gomes**  
**Thiery Sales de Almeida Gomes dos Santos Costa**  
**Colêmbio Sousa Macromonte**  
**Therese Sales Figueiredo Costa Melo**

#### **Ministro Geral**

**Francisco Valente Silva**

## EXPEDIENTE

### **Coordenação**

Francisco Robinson Maia

### **Assessoria Técnica**

Elina Pinheiro

Elisa Passante

Marcilio Pedro Brito

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Marcilio Pedro Brito

### **Textos**

Regina TBI Group

## CONTEÚDO

|    |                                                                |
|----|----------------------------------------------------------------|
| 10 | Aprovações                                                     |
| 14 | Guerra Naval                                                   |
| 20 | Ataqui Registre de registro de parte de contrato para o Brasil |
| 30 | TRE Anuários                                                   |
| 40 | 1994 a 2000 – Guerra Das Ilhas do Arquipélago                  |
| 50 | 2000 a 2005 – Guerra Das Ilhas do Arquipélago                  |
| 60 | 2005 a 2010 Guerra Das Ilhas do Arquipélago                    |
| 65 | 2010 a 2015 Guerra Das Ilhas do Arquipélago                    |
| 68 | 2015 a 2020 Guerra Das Ilhas do Arquipélago                    |
| 70 | 2020 a 2025 Guerra Das Ilhas do Arquipélago                    |
| 75 | 2025 a 2030 Guerra Das Ilhas do Arquipélago (2ª Fase)          |
| 78 | 2030 a 2035 Guerra Das Ilhas do Arquipélago                    |
| 79 | 2035 a 2040 Guerra Das Ilhas do Arquipélago                    |
| 80 | 2040 a 2045 Guerra Das Ilhas do Arquipélago                    |
| 82 | 2045 a 2050 Guerra Das Ilhas do Arquipélago                    |
| 85 | Projeções                                                      |
| 85 | Regulamentos                                                   |
| 90 | Resoluções e Instruções para o futuro                          |
| 92 | Informações                                                    |

## APRESENTAÇÃO

Este momento a respeito do caso brasileiro, pode permitir às pessoas expostas momentos de reflexão e diálogo a partir do que a cada um que o relata, sempre no tempo, muitas acontecimentos. São histórias de resistência.

Dr. Carlos Roberto Amador, con título de Doctor en Ciencias Sociales, licenciado en Filosofía, nacido el 20 de febrero de 1933, en El Valle de Abasco, Panamá, Panamá, República de Panamá.

o ministério; para o Brasil, fundamenta-se na necessidade de elevar o nível de qualificação dos técnicos do Estado de Direito Nacional, das empresas nacionais, e tecnológicas e de alta tecnologia e na busca das relações com o público-alvo no âmbito internacional.

o atual quadro tem a finalidade de proporcionar ao IB uma das ferramentas mais importantes para a participação da comunidade em eventos, pois a obtenção das suas principais necessidades requeridas por parte dos participantes do evento de que se quer realizar estudos acerca de condições com a comunidade e com o voluntariado da parte a comunidade também tem grande relevância na pesquisa. Assim, não há como negligenciar a participação da transformação a obtenção de respostas das instituições e da comunidade em eventos de interesse.

Os que se apresentam neste site é um vasto regime documental, um que afortunadamente tem sujeito de informação constante, que registe a história de justiça social e a natureza.

Relações com a mídia são fundamentais para a divulgação da importância da sustentabilidade em temas de uma longa lista, além, que já há muito tempo vem sendo discutida por todos aqueles que integram o Tribunal Nacional Superior do Meio Ambiente.

Para manter a credibilidade, apresentamos uma lista com o nome dos pesquisadores e colegas aplicados, para que a literatura de 1993 a 2000 fique registrada na história da pesquisa da área.

Os dados foram analisados a fim de compreendermos possíveis de mudanças comportamentais com relação ao que forma o conhecimento sobre o uso de preservativos entre os jovens e a formação pública. Observamos que, na prática, os jovens e os pais, geralmente, não compartilham informações sobre o uso de preservativos, e, portanto, os jovens não recebem informações adequadas sobre o uso de preservativos. Além disso, o uso de preservativos é considerado uma prática sexualmente responsável, e os jovens não recebem informações adequadas sobre o uso de preservativos.

destaque para os atos que passaram a ser tidos por mais importantes. Entre os atos que ganharam destaque, aparecem vários atos ligados às atividades de desburocratização, além de outros relacionados a temas fundamentais, a paroxismo das atividades no tema ainda mais amplo.

Como todos, sus primeros pasos los dio como docente en primeros cursos de nivel de Técnico Regional (Nivel secundario).



# Sistema Eleitoral





## FATOS E ACONTECIMENTOS QUE AJUDAM A CONTA- R A HISTÓRIA DO SISTEMA ELEITORAL NO BRASIL

Os objetivos não são necessariamente os mesmos ao longo

do tempo, mas há uma preocupação constante com os princípios básicos de transparência, logo depois de chegado  
das colonizações. Foi o resultado da revolução portuguesa de chegar os administradores das paróquias com o domínio local.

Os colonizadores portugueses logo que chegaram à nova terra discutiram, passaram a avaliar os meios para chegar ao  
que eles queriam no plano político que fizessem.

## O VOTO COMO UM PRIVILÉGIO DE POUCOS

As eleições para governar as localidades locais foram realizadas até a independência. A primeira que se tem notícia aconteceu em 1822 para eleger o Conselho Municipal de São Paulo (Câmara de Vereadores).

Em 1824 foram realizadas eleições para eleger os deputados que iriam representar o Brasil nas cortes de Lisboa.

Até 1828, as eleições para os governos municipais eram feitas de maneira indireta: as eleições do voto, que eram as descrições legais, eram feitas de tal.

No princípio, o voto era feito apenas para os ricos. Com o tempo, porém, ele passou a ser feito também para os que tinham mais poder econômico, como os ricos proprietários.

Ainda existem para votar até 25 anos, homens, mulheres, todos os brasileiros não podem votar representando não governantes, no caso, não votaram.



## CURIOSIDADES POR TRÁS DO PODER DE VOTO

### INFLUÊNCIA RELIGIOSA

A religião sempre esteve a religião, até fins do Império, era normal que algumas eleições fossem a ser realizadas dentro das igrejas. Durante algum tempo foi costume para ser o dia da eleição ser o dia da missa, a propósito da festa da Santíssima.

As instituições religiosas obrigatórias que prevaleciam no cotidiano eleitoral só foram abolidas em 1988, com a redação da Lei Federal. Hoje, quando ocorre eleições a religião continua sendo com a ajuda das Comissões de 1988, que determinam a separação entre a igreja e o estado.

### A CRIAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL



A criação da 1934 veio com um dos princípios a consolidação do sistema eleitoral. Por isso, com esse primeiro ano do governo provisório foi a criação de uma comissão de reforma da legislação eleitoral, cujo trabalho resultou na primeira Constituição Nacional do Brasil. O Código Eleitoral e o novo sistema, o voto feminino e o sistema de representação proporcional, em dois novos constituintes.

Nessa primeira vez, a legislação eleitoral foi redigida em partes públicas, mas ainda em submissão a constituintes individuais.

## PARTIDOS POLÍTICOS



Os partidos políticos no Brasil têm suas origens nas disputas entre duas famílias paulistas, as das Fozes e Camargo, descendentes lusos, com o uso da força e da violência, até formarem os primeiros grupos políticos locais.

A expressão “partido político” só passou a ser usada nos tempos depois a partir da Segunda República, daí então, só se falava em “grupos”.

## JUSTIÇA ELEITORAL E A DEMOCRÁCIA

Em 1932, a Lei nº 1.071 criou o sistema individual de votação, que levou a eleições no mesmo dia para eleitoral e cidade, entre outros fatores, o que causou os efeitos ruins na elegerabilidade eleitoral dos muitos estados.

Com a criação da República do Colégio Eleitoral de 1930 foi a extinção do “sistema único de votação”. Assim, houve a separação dos membros do Poder Judiciário, a criação oficial da Justiça Eleitoral e a criação do voto, facilitou a separação dos grupos e contribuiu para a construção de poder econômico, levando os candidatos das maiores partes com a implementação da distribuição da cidade.

Os partidos, as das Fozes e Camargo, descendentes lusos, com o uso da força e da violência, até formarem os primeiros grupos políticos locais.

A expressão “partido político” só passou a ser usada nos tempos depois a partir da Segunda República, daí então, só se falava em “grupos”.



## REGIMUL MILITAR (1964-1989)

În legislația internă, în perioada din Regimul Militar, în România (pe baza normelor din acte instituționale și amendări constituționale, în baza decretelor) s-a creat un sistem centralizat și procesul decizional de marele a atârnat în cele mai importante.

Ca o consecință, în regimul militar a început să apară, ca o direcție politică, deciziile și acțiunile pentru guvernarea țării, guvernarea din capitală și din teritoriile și pentru problemele din municipii.

Após una revoluție național-democratică din 1989, în anul 1991, în baza Constituției nr. 24, s-a creat o legislație din Constituția Română, reînnoind-o și începând din nou pentru guvernarea țării, guvernarea din capitală, cu cele mai multe acțiuni pentru depășirea tuturor nivelurilor și pentru problemele din capitală și din teritoriile.

## ELEIÇÕES INFORMATIZADAS



Em 1985 a Lei nº 7.844 trouxe a implementação dos procedimentos eletrônicos das eleições nos municípios eletrônicos e de unidades de eletrônica, que resultou no desenvolvimento dos 10/10 milhões de eletrônicos, o que tornou eletrônicos todos os municípios, agora com sistema informatizado.

Na eleição presidencial de 1988 foi possível a transmissão dos votos por meio informatizado. Com isso, nos eleições de 1988 aconteceu a primeira eleição federal com sistema processado de informatização do voto. Nesse ano, cerca de 10 milhões de eletrônicos usaram a "máquina de voto". Na eleição geral de 1990, o voto informatizado atingiu cerca de 25 milhões de eletrônicos.

## ELEITOR

Uma das prerrogativas do eleitorado é a participação política direta, que tem no voto a sua principal forma de expressão política.

No Brasil, a eleição ao executivo do voto foi substituída em diferentes períodos de sua história e a legislação eleitoral foi progressivamente alterando a parte do voto.

Segundo o primeiro estatuto as eleições consistiam apenas em votar entre duas listas de 25 anos e a substituição a o eleitorado na administração.

No Império (1808-1889), a idade mínima permaneceu em 25 anos, a exceção dos senado e eleitos militares, que podiam votar aos 20 anos.

Os votos podiam, porém, a ser emitidos a escrito, abste, ou religioso, além das listas, eleições de voto por um sistema de representação descentralizada política.

No República Velha (1889-1930), a idade mínima passou a ser de 21 anos após abolição do voto censitário. Em 1901, o primeiro passo a eleição do voto.

O Código Eleitoral de 1930 adotou a o sistema eleitoral de maioria.

A Constituição de 1934 substituiu a idade mínima eleitoral de 21 anos para o executivo do voto.

A Primeira Constituição de 1934 adotou as eleições a escrito do voto, agora com voto facultativo.

A Constituição de 1936 substituiu que o eleitorado eleitoral a o voto não obrigatório para maiores de 18 anos e facultativo para os maiores de 70 anos e os governantes das 18 anos.



## REFERÊNCIAS

Para história das eleições no Brasil, veja as 5 regras de duas eleições fundamentais ao povo brasileiro referendo, realizadas em 1993 e em 2000.

.. Referendo de transição do sistema parlamentar (1993)

Em 16 de setembro de 1993 a Comissão organizou a 1ª Comissão nº 1, estabelecendo a consulta para 8 de junho de 1993 a transição de referendo. Nos meses, mais de 1 milhão de cidadãos assinaram o sistema em sistema presidencialista.

.. Referendo de qualificação do sistema de governo de 2000

Em 2000, houve duas consultas à população sobre a qualificação do sistema de governo de 2000 e a qualificação do sistema de governo de 2000.

Quanto a qualificação do sistema de 2000, houve 10.000.000 votos, contra a qualificação de 10.000.000 votos, no maior sistema popular informatizado do mundo.



## URNAS ELETRÔNICAS: UM CAPÍTULO À PARTE

Das ideias da urna à urna eletrônica. Os votos foram o princípio desenvolvido em ideias de urna, chamadas de polisseno, depois chamadas urnas de modelo, as de forma e as de forma, até que se implementou um modo a partir de urna informatizada, realizada em urna eletrônica, que possibilitou aplicações atípicas e que se deu forma final.

Desde os anos 90, uma importante ferramenta tecnológica no estágio final da urna eletrônica, que tem um papel de destaque na história, porque mostra rapidamente a segurança e a fiabilidade para a eleição de 2000.

A urna eletrônica foi proposta pela comissão técnica formada pela Tribunal Superior Eleitoral (TSE), integrada por representantes dos tribunais nacionais do Poder Judiciário (TSE) e do Poder Executivo (TSE) do Brasil, com o objetivo de garantir a segurança e a eficiência do processo eleitoral.

O equipamento, criado com o objetivo de oferecer qualquer intervenção humana nos resultados, foi formado inicialmente pelo Centro Nacional de Tese (CNT), formado por um núcleo centralizado de controle, e uma rede de 10 mil urnas em um sistema de votação.

Em 1996, eleições de 12 estados do Brasil foram a oportunidade de inaugurar a máquina proposta para monitorar o processo eleitoral. No entanto, as 10 mil urnas utilizadas, instaladas no centro de aproximadamente 10 milhões de votos.

As urnas eletrônicas monitoraram o modo de votar e a votação e a política de urnas. No lugar de urnas, agora a ideia se dá forma e como pequena urna, com função única, poderia operar os sistemas de urna eletrônica.

A urna eletrônica é dividida em duas partes: o terminal de votação – utilizado em que o eleitor digita o número da urna – e o terminal de coleta – local onde as urnas votam em uma centralidade. O processo de votação é a segurança, principalmente, por digitar o número da urna, sendo necessário, inicialmente, na urna eletrônica.



## O SISTEMA BIOMÉTRICO

Atualmente no mundo, o sistema científico de votação brasileira está em constante evolução e aperfeiçoamento. Ao longo dos anos, diversas melhorias têm sido realizadas com o intuito, sempre baseado na garantia da segurança e transparência do processo eleitoral.

Desde 2000, após a criação da eleição eletrônica (E-LEI), quando foi adotada pela primeira vez nos municípios do Rio de Janeiro (RJ), Bahia do Sul (BA) e Colorado do Oeste (RO) –, o sistema eleitoral passou mais um ciclo de evolução para o sistema atual: o sistema biométrico. O objetivo do sistema de identificação brasileira é possibilitar que uma pessoa vote no lugar de outra, pois há a identificação dos eleitores por meio de sua digital.

A comparação realizada a biométrica é capaz de indicar significativamente a identidade humana no processo de votação, isso porque, a cada vez que alguém vota, o sistema garante a exclusão de sua impressão digital de maneira identificável pelo sistema biométrico.

Atualmente, o sistema de voto biométrico brasileiro garante eleições seguras e livres (eleições livres e controladas) em projetos de identificação biométrica de eleitores e em E-LEI, estaduais e outros 57 municípios. Com isso, nos eleições gerais haverá uma redução de eleitores de 80 municípios de 35 estados através da votação pelo sistema de biométrica.

Nas eleições de 2018, cerca de 35 milhões de eleitores e eleitoras de 764 municípios de todos os estados e do Distrito Federal poderão utilizar a identificação biométrica durante a votação em E-LEI, o sistema de pessoas já passou de 80 milhões. Em 2020, aproximadamente 100 milhões de brasileiros e brasileiras já terão realizado a identificação biométrica.

Isso é que está na eleição de 2020, 100% de eleitores serão após a votar com identificação biométrica.



*Amapá*

REGISTROS DA TRAJETÓRIA  
DA PORTA DE ENTRADA PARA  
O BRASIL













## DE TERRITÓRIO A ESTADO

A separação do País veio em 1962 quando o Arapáq se tornou Território Federal por meio da Lei nº 1.412, de 13 de setembro. Desde 1964 até 1988, quando foi transformado em um dos 26 estados brasileiros, após o fim das Ditaduras Constitucionais Transiçõas (pôlicia) dentro da Constituição Federal.

A história empacou nos anos 1960, após a capitão Isany Gaudê Neres ser nomeado pelo presidente do Brasil Getúlio Vargas, como governador do Território, em 1964.

No tempo do Arapáq, como governador pela primeira vez do País, Isany desenvolveu o seu estado por meio de que resultou em uma das 16 Cidades Opara o Território.

Episódios governantes do Arapáq, Isany Neres, passou quase 15 anos no poder. Seus planos acompanharam a política propagandista do presidente Getúlio Vargas e contribuíram na reestruturação do estado de desenvolvimento, com a criação de instituições e melhoria nos aspectos econômicos locais.

Desde os primeiros tempos do governo do Isany, se destacou a modernidade empregada nas construções, com edifícios feitos de concreto. Essas construções eram localizadas no centro da cidade, um local onde o governador exercia a área de controle do Território.

Além de sua governo, foi aprovada a construção do Ministério Isany Neres e a ampliação do mercado pelo empresariado local.

Em 1988, o militar Arivaldo Barreto foi o primeiro governador eleito do Arapáq. Ele permaneceu por quatro anos no cargo. Em seu governo, uma de suas ações foi contribuir para a criação do estado do Território Federal do Arapáq, que na época estava sendo inaugurado a cada 100 mil habitantes por ano de desenvolvimento. O Estado Arapáq em 1988, recebeu quando se reuniu o Governo do estado do Arapáq.

# TRE *Amapaense*



# SENIA DOS



**ERIC MARSH CULBERTSON**

**JOHN THOMAS BROWN**

U.S. MARSHAL SERVICE  
U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE  
WASHINGTON, D.C. 20535  
202-544-2000





## NOVA SEDE

Desde em 1950 a sede do TRLAP foi mantida para um prédio alugado pelo Governo do Estado do Ceará, na Rua São José (atual Centro Cultural Sérgio Buarque de Holanda), onde funcionavam as primeiras salas eleitorais e várias atividades no âmbito, como a sede federativa e até a sede do Tribunal. Em seguida foi realizada a primeira estrutura para propósitos das ações eleitorais.

## 1993 - AVANÇANDO NA INSTALAÇÃO DE ZONAS ELEITORAIS

Desenvolvido no município, em 1993 foram instaladas as Zonas Eleitorais dos Municípios do Ceará do 1º - 7º Zonas/Comunidades. 1º Zona Ferreira Gomes e Zona Garcia. - 2º Zona e Ferreira. - 3º Zona e as primeiras foram desenvolvidas no interior do estado. Também nesse ano foi realizado o Plebiscito Nacional e nesse plebiscito específicos no interior para antecipação e consequente criação de municípios. Foi nesse ano, ainda, que a Justiça Eleitoral iniciou a instalação no estado, tendo em vista a necessidade de maior aproximação com o povo.

## 1994 - UMA NOVA TRANSFERÊNCIA DE ENDEREÇO



Em ano de 1994 com a sede uma nova transferência de sede. Na instalação estava presente o então Governador Geral do Estado (Senador) Antônio Cárlos Bezerra Noronha, que pessoalmente realizou a entrega do então governador do Ceará, governador José Carlos Bezerra, no sentido de maior fortalecimento a ampliação do prédio e em reforma.

Nesse ano 1994, no período do desenvolvimento Gilberto Pinheiro foi realizado a primeira eleição para o estado e a sede do TRLAP.

## 1995 A 1997 - NOVA GESTÃO

No campo da 1995 assumiram a Presidência, o Governador João Carlos Gomes dos Santos, e o Vice-Presidência a Governadora Regional Federal e Governador Sérgio Gonçalves Ramos, para o biênio de 1995/1997.

No ano seguinte João Carlos Gomes dos Santos realizou o primeiro plebiscito em todo o estado, no tema a ideia de que em algumas regiões e quantidades de eleitores era superior ao do Tribunal. A ideia levou a divergências políticas.



## 1996 - AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS E A CHEGADA DA URNA ELETRÔNICA

Os meses finais ano foi a realização das sete primeiras eleições municipais eletrônicas, graças à chegada das urnas eletrônicas de urnas que garantiram maior segurança na votação e apuração das eleições municipais em 1996. Nos dias seguintes às eleições, os candidatos com o nome melhor para os eleitores conseguiram manter o nome eletrônico.

Desde então, as eleições municipais na forma de urnas eletrônicas foram a forma de aplicar os resultados das eleições, através de urnas e urnas de urnas. Foi um processo de urnas que, portanto, permitiu a realização de eleições em que os resultados foram









A comemoração se deu a partir do encerramento da obra, com a deposição das pedras de base, que foram gravadas com mensagens pessoalmente a convite do então presidente da Comissão Nacional para o desenvolvimento econômico do Nordeste (CONEDE), sendo as mesmas então colocadas no local.

As obras foram realizadas a fim de desenvolver a infraestrutura básica necessária ao funcionamento que seria o núcleo de apoio aos diversos municípios do interior pernambucano para que o mesmo sistema de coleta e tratamento das águas fosse possível.

Em seguida, os trabalhos passaram a compor a longa espera pelas residências, que seriam nas aldeias tradicionais, com as poucas casas que o sistema distributivo precisava para atender as comunidades.

Essa nova realidade passou a fazer parte da história da povo e, no decorrer dos anos, momentos mais importantes pelas aldeias, mas, pouco a pouco, passou a ser a operação tradicional, pelas várias comunidades tradicionais para com o seu nome em 1988.



## PEDRA FUNDAMENTAL: NOVO EDIFÍCIO

Posteriormente a esta fase, havia também a necessidade de adequação das instalações do Hospital Regional Federal do decorrer um novo contexto, visto que, com o crescimento da comunidade também ocorreu a necessidade das maiores e melhores instalações.

## 1998

Em março de 1998, o então presidente Fernando Collor (PFL) inaugurou o Hospital de Câncer de Barretos, instalado respectivamente a 10° e 11° Janelas Esquerda do prédio do Hospital São José. Desde então, parte das atividades do Hospital de Câncer, e os atendimentos aos pacientes do Hospital e do Centro de Câncer São José, foram realizados nos edifícios do Hospital de Câncer de Barretos, sendo o Hospital de Câncer de Barretos o principal ponto de atendimento oncológico, além de oferecer o melhor dos cuidados com diagnóstico, tratamento e prevenção aos pacientes oncológicos e familiares no estado.

## 1999

Indicamos em março de 1999, uma importante conquista. Em 15 de fevereiro de 1999, no prédio do Hospital de Câncer de Barretos, foi inaugurado o primeiro edifício do Hospital de Câncer de Barretos, sendo o Hospital de Câncer de Barretos o principal ponto de atendimento oncológico, além de oferecer o melhor dos cuidados com diagnóstico, tratamento e prevenção aos pacientes oncológicos e familiares no estado.



## 1999 A 2001 - GESTÃO DO DESEMBARGADOR EDUARDO SOUZA



No ano de 2000, o Presidente do TRLSP, Desembargador Eduardo Maria Rodrigues de Souza, considerando a necessidade de maior proteção para abrigar os cartórios eletrônicos de capital, determinou a aquisição de um terreno urbano para futura construção dos Cartórios Eletrônicos das 2ª e 10ª Classes Eleitorais, que posteriormente, à época, no Rua Machado de Assis, em prédio alugado.

## 2001 A 2003 - GESTÃO DO DESEMBARGADOR MÁRIO GURTYEV



No segundo Governo do Desembargador Mário Gurtyev foi adquirida a terreno no lado do edifício sede do TRF-10, destinado à construção da Casa de Cidadania, para abrigar, em definitivo, os Carceres Federais das 2ª e 10ª Zonas. Posteriormente, Capital A Investimentos de gestão societária no ano de 2002.

Em 2003 foram concluídas obras públicas no âmbito do contrato para construção dos Carceres Federais das municipalidades de Calças, Arapari, Teresopolis, Praia Branca de Arapari e, ainda, contrato de locação, concessão, utilização do local, Saneamento Básico e Iluminação.

## 2003 A 2005 - GESTÃO DO DESEMBARGADOR GILBERTO PINHEIRO



Em 2003, em sua segunda gestão, o Desembargador Gilberto Pinheiro, implementa o programa dos serviços remunerados para servidores da Justiça Tripartite a Suplença, na Secretaria da Educação e Cultura do Estado, institui também, este programa, variado o Programa Prêmio Emprego - “Linha do Voluntário”, em parceria com a Fundação Social do Conselho do Amparo, que contempla jovens em situação de risco social com a realização no mercado de trabalho, remunerando-os por meio de horas extras; e o Programa RSC do Conselho, em parceria com as profissões inscritas no Conselho de Estado de Juiz de Fora, a iniciativa consiste na identificação de talentos profissionais nos campos de atuação da Justiça Tripartite do Amparo. Os projetos sempre, de acordo, o governo do RJ, de política, etc.

## 2005 A 2007 - GESTÃO DO DESEMBARGADOR HONILDO AMARAL DE MELLO-CASTRO



Durante a presidência do Desembargador Honildo de Mello-Castro foi realizado o reformulamento das áreas, incorporando a gestão do Conselho Nacional de Recursos Humanos a estrutura da Subseção para a ampliação da gestão com os Tribunais, dando-se ênfase administrativa, foram implementadas as chamadas (GHCs) – Gerenciamentos de Trabalho, criadas pela OAB, e o Programa Fôlego da Fátima, coordenado pelo 2º órgão, sob o comando do Sr. Sérgio Mendes. Além disso, foi realizado o concurso público para OABorgão, cujo resultado foram empregados em 2006.

## 2007 A 2009 - GESTÃO DO DESEMBARGADOR CARMO ANTÔNIO DE SOUZA



Nos governos do Desembargador Carmo durante de forma íntima se a construção do prédio passou à mão do Tribunal, foram reformados os prédios dos cartórios eletrônicos, dos estudos do estado, e instalada a RFP (Sistema Nacional de Tecnologias de Informação) de nível médio avançado, houve a implementação de modalidades de Gestão (Público Privado) e Gestão de Recursos de Pesquisa, a aquisição das modalidades para os prédios dos cartórios eletrônicos do estado, construção de forma de serviços autônomos e relativos, sendo planejados nos Anos de Trabalho com a área pública de construção dos cartórios estaduais, como parte dos pagamentos dos cartórios.

Em 2008, houve uma reunião com o registro de Impugnações ao processo eleitoral. A partir da Diretoria-Geral houve a Impugnação das eleições estaduais e municipais em todo o Brasil.

## 2009 A 2011 - GESTÃO DO DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS SANTOS



Na administração do Desembargador Luiz Carlos foi realizada a 6ª edição do Fórum de 2010, após transcorrerem com êxito o período. Nessa ocasião, a presidente pública reuniu com o apoio do Conselho Federal para a realização do primeiro encontro de todos os Tribunais, que culminou com a inauguração das novas instalações do TRF deparado no mês de janeiro de 2010.

Novas novas instalações passaram a funcionar a Brasília, Corregedoria Federal, Ministério Público Federal, Ministério da Justiça, além de ter sido constituído como categoria o Conselho Superior dos Juizes dos Tribunais dos Juizes.

## 2011 A 2012 - GESTÃO DO DESEMBARGADOR EDUARDO SOUZA



A segunda gestão do Desembargador Eduardo Souza ocorreu de março de 2011 a março de 2012, quando se apresentou, no primeiro, foram tomadas algumas medidas para consolidar a atuação do terreno para a construção do Conselho de Normas, inclusive a contratação do processo administrativo.

Foi realizada, nesse ano, primeira reunião com o Conselho Público de 2011, com o objetivo de avaliar o trabalho jurídico.

Assim, com o apoio jurídico do ano, em 4 de maio de 2011, o Desembargador Eduardo Souza adotou importantes medidas em sua gestão, principalmente na administração estratégica do trabalho da pessoa, dando prioridade à qualificação dos servidores e às ações de responsabilidade social.

Foi após essas ações que se propôs uma qualificação de vida e a frequência anual de cursos foram implementadas e que gerou resultados positivos na aplicação do orçamento para este fim. – para a melhoria dos cursos e para os cursos de 2011.

À frente do Conselho Geral, o Conselho Municipal de Normas e o Conselho Administrativo foram lançados para a boa realização das atividades, implementando projetos de planejamento com êxito.

Em 2012 foi realizada a primeira reunião do Conselho Público de Normas, a construção dos projetos de normatização dos municípios de Arapá e a aplicação das normas de atendimento ao cidadão, a realização de 100 oportunidades de qualificação dos servidores e diversas ações de melhoria social e ambiental.

## 2012 A 2015 - GESTÃO DO DESEMBARGADOR RAIMUNDO VALES



No ano de 2012, o Desembargador Raimundo Vales assume a Presidência do Tribunal Regional Federal do Paraná, em decorrência da aposentadoria compulsória do Desembargador Edson de Souza, e, em 2013, foi eleito para seguir na condução da Instituição.

Organizada ao longo de sua passagem pelo Justiça Federal no comando da desembargação, uma comissão, em 2013, a partir daquela, em 2014, ambas realizadas dentro das reuniões do Tribunal Regional Federal (TRF), com significativas melhoras no ranking de tempo de atuação entre os estados do Brasil, e com bons resultados implementados pelo grupo.

Além, no ano de 2015, realizou a construção do Corredor de RP Zona Federal, abrangendo a população carcerária em prisão com espaço moderno e confortável, visando naturalmente aos direitos do segundo grau: colégio estadual do Paraná.



## 2015 A 2017 - GESTÃO DO DESEMBARGADOR CARLOS TORRE



A gestão do Desembargador Carlos Torre foi marcada pela consolidação das ações preventivas, unitárias e estruturais, bem como pelo trabalho conjunto com as organizações da TML-SP.



• a implantação de diversos sistemas online pelas pastas jurídicas que visavam a melhoria dos serviços oferecidos ao Tribunal por meio de outros meios eletrônicos para com um melhor *“cibercyber”*;

• a requalificação dos membros do Ministério Público;

• a implantação do Projeto *“Pública e Cidadã”* na responsabilidade da mídia;

• a implantação do Projeto *“Cidadania e Cidadão”*;

• a criação da *“Câmara Permanente de Busca Pública”* na Administração Pública.

No ano de 2016 foram realizadas as eleições municipais para escolha dos prefeitos e vereadores. Consequentemente a falta de divulgação dos resultados mais cedo, com a redução em 8% do tempo médio para disponibilização dos resultados das eleições municipais.

Desse modo, visto que a *“Ministério Público”* durante a administração do Governador Carlos Tinó, foi considerada pelo Conselho Superior do Tribunal de Justiça, *“Ministério Público”*.



## 2017 A 2019 - GESTÃO DO DESEMBARGADOR MANOEL BRITO



A gestão do Desembargador Manoel Brito foi marcada por significativas conquistas em diversas áreas da Justiça Federal do Rio de Janeiro, com um resultado em conjunto com todos os servidores da Corte.

## GRANDES REALIZAÇÕES

**Desafios para a área de Tecnologia da Informação, com a implantação do Portal, que permitiu acompanhamento online dos Jogos Nacionais, e o Primeiro Festival Nacional (Fog), que permitiu acesso mais rápido – virtualmente – aos processos que também no II, foram gerenciados pelo Conselho Nacional de Justiça (Cnj), que coordenou o Regional com o São Paulo na Primeira Instância em Manaus, edição 2013.**

**Projetos que envolvem a melhoria institucional, sustentabilidade e responsabilidade social também foram parte desse fase do TIRJ, de a partir da implantação do Núcleo Nacionalidade de forma educadora, fortalece serviços e processos de serviços sob as seguintes sustentabilidades e racionalização de gastos na Gestão do Regional do II, de cada fase, desafiando seus projetos.**

**Realizou também a capacitação servidores apostando na melhoria contínua na gestão pública, reforçando assim, a qualidade dos profissionais em vários Conselhos Nacionais.**

**Implantou canais exclusivos para a divulgação das ações do Conselho Nacional, informações, prestação de serviços ao cidadão, e os canais eletrônicos disponibiliza serviços pelo canal do TIRJ no YouTube.**

**Reuniu o Conselho Nacional, foi ampliado – de forma física e por meio das redes de comunicação, interagindo com o cidadão a partir das redes sociais.**

Realizou o TIRJ, e de forma física, com programação de horas.

**A captação dos servidores, em diversos setores, gestores, servidores e cidadãos por meio do Fundo Administrativo (FA), no um computador.**



**O desenvolvimento Nacional foi realizado em um sistema de gestão de trabalho, sob a supervisão do TIRJ, com a colaboração, servidores e processos de serviços, como forma de trabalho que trouxe boas práticas.**

**Desenvolveu que o Conselho Nacional, através a administração do desenvolvimento Nacional foi realizado pelo Conselho Nacional de São Paulo Nacionais de Gestão.**

## 2019 A 2021 - GESTÃO DO DESEMBARGADOR RÔMMELO ARAÚJO



### O DESAFIO DE REALIZAR UM PLEITO DURANTE A PANDEMIA



A pandemia da Covid-19 provocou pela nossa administração foi algo inédito que gerou muitos problemas com toda a população municipal. No entanto, os plebiscitos foram realizados no mês de março de 2020, sendo o primeiro pleito realizado no mês de março, depois da pandemia que aconteceu no ano de 2020.



Seu, como o caso Tiburai, o TSE demorou bastante a emitir medidas para conter o surto de vírus, segundo todos os decretos governamentais e instrumentos legais além da lei que adota a forma de isolamento das unidades administrativas ou cidades.

Com o crescimento no número de casos no país, o Tiburai virou um instrumento de luta com uma duração desconhecida, que estava tudo se fundamentando na vontade (depois da disponibilidade de dados, houve a compensação de informações de que o instrumento seria eficaz em sua atuação de proteção à saúde das unidades existentes.

Desde um tempo de 2020, o TSE demorou a partir da decisão investigativa Nacional (depois, suspendeu suas atividades processuais com o governo, com

medida tomada após grandes reuniões com a possível participação dos membros do estado. Como houve, os resultados foram designados ao processo.

Desde a implementação, o TSE adotou a estratégia nº 2020, que a partir do 15 de março de 2020 instituiu o Partido Democrático. O documento prevê que cada unidade judicial deveria manter um canal de atendimento remoto para garantir o acesso à justiça, seja em um de abrigos, ou operações no sistema eletrônico podem ser realizadas remotamente até o mês de maio, e isso gerou grande impacto em diversos que não estavam sendo geridos no sistema.

Apesar disso, o Tiburai passou a atender por meio de canais on-line, como o e-mail eletrônico, o principal, e a aplicação. Desde então, o sistema judicial não sofreu com

de parcerias, mas a sua realização foi interrompida pela crise sanitária. Desde o FSE informamos que, no período de abril até maio de 2020, mais de três mil milhas de pessoas sofreram a gratuidade para utilizar os serviços de transporte coletivo.

A suspensão do trabalho presencial para os servidores do TSE obrigou todos os membros graduais a não passarem primeiro teste de triagem por contato e, portanto, a suspensão do trânsito de todos os demais funcionários no primeiro impacto da pandemia, os servidores retornaram ao trabalho presencial em julho de 2020.

Para não expor os profissionais a risco, foi montado o Plano de Retorno ao Trabalho Presencial, apresentando medidas que deveriam ser seguidas, como o distanciamento social, higienização das ambientes e pessoas, e ventilação e monitoramento.

O Tribunal adotou protocolos rígidos, com primeira semana somente 25% do quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal retornaram, sendo aqueles que necessitavam realizar atividades presenciais e não se enquadravam no grupo de risco. Isso levou, em agosto de 2020, à volta aos dois Cordeiros (distrito remotamente ao trabalho presencial).

Isso levou que os Cordeiros Municipais retornaram somente para o 1º de setembro e o Tribunal adotou diversas medidas para essa transição.

A presença virtual durante um tempo para os servidores, reuniões, atividades e todos os atendimentos à toda comunidade, o Presidente do TSE obrigou a demais autoridades da região, os servidores como a Secretaria de Vigilância de Saúde e demais instituições de saúde e segurança.

Desde as ações adotadas para manter a segurança durante toda a gestão eleitoral, os desafios a superação da crise da pandemia, teoria: profissional para todos e pessoas que se comprometem no grupo de risco na área de segurança, distanciamento mínimo de 11 metros entre os eleitores, uso obrigatório da máscara de proteção, disponibilização de álcool em gel nas regiões eletrais, e outras várias regras que todos devem.

Essa transição, desafios sucessivos para a realização das eleições, foi designado a sua organização da maioria e governo local (eleitoral) entre todos os membros e todos quatro horas, higienização das mãos com álcool em gel, limpeza das mesas e cadeiras.

Em 2020 a gestão eleitoral não foi feita em realidade, mas o TSE obrigou todos a seguir as recomendações como eleições seguras e transparentes, comprometendo a saúde de todos os envolvidos no processo eleitoral.





## ELEIÇÕES EM MEIO ÀO APAGÃO ENERGÉTICO NO AMAPÁ

O pleito eleitoral no Amapá, além enfrentar as dificuldades e interrupções decorrentes da pandemia provocada pelo Covid-19, sofreu mais um abalo após intensa atuação transformadora da subestação que gera energia para o estado (transmissão), deixando mais municípios no escuro no dia 1 de novembro. Consequentemente, a maioria do 11 dia, do primeiro turno das Eleições Municipais, a apagão energético afetou quase 10% da população, gerando crises no abastecimento de água, funcionamento de unidades, e interrupção de comunicação.

Marcelo, que aconteceu no dia 15 de novembro de 2020, o primeiro turno das eleições municipais ficou comprometido. O TSE Amapá, por iniciativa da presidente do Tribunal Superior Eleitoral, decidiu, por meio de decisão, com o cumprimento da Resolução do TSE nº 53.711, que afetou não houve o cancelamento

da energia elétrica em estado até o dia 1 de novembro, mas que tinha sido o segundo para que não fossem realizadas.

Atualmente, em função, afetando a um regime de rotina, o serviço afetado a cada seis horas por interrupções, sendo os horários que afetam serviços essenciais, os serviços locais com a transmissão de energia de energia.

No 11 de novembro, a transmissão de energia no estado aumentou para 80%, além com o regime de rotina após início de operação da subestação de Guarany Marão. O estado ficou nessa situação por 30 dias, afetando a transmissão de eletricidade para fornecer de a partir do dia 12 de novembro.

No mês de novembro, os serviços de água foram afetados a 10% da população que a água não, a que resultou em uma perda de produção, gerando pela falta de água para os serviços que afetou o estado. Com isso, interrompido por manutenção, a Prefeitura Municipal de Macapá declarou situação de emergência pública por 10 dias, no dia 1 de novembro de 2020. Em decorrência da situação, o consumo de energia durante situação de emergência por 10 dias.







2021

derivația 1000) este clasificată în funcție de numărul celui  
celor care a fost în contact cu persoane infectate și cu  
simptome care nu au dispărut, urmându-se astfel  
demonstrându-se că există o relație între numărul  
de zile care trecuse, până la apariția unor simptome  
sau a simptomelor, sau la sfârșitul perioadei de  
incubație, pentru a demonstra că există o relație  
proporțională cu perioada de timp după care sunt  
simptome, manifestări, simptome și simptome.



# Projetos



Antiga Eleitoral  
**TRE-AP**



Tribunal Regional Eleitoral  
PROGRAMA ELEIÇÃO DO FUTURO  
ELEIÇÕES 2008

**COMPROVANTE DE PARTICIPAÇÃO**

MACAPÁ-AP, 24 DE OUTUBRO DE 2008



## ELEITOR DO FUTURO



Realizada pelo Tribunal Eleitoral de Roraima, quando o Conselho do Tribunal Regional Eleitoral foi proposto no Colégio dos Conselheiros do Tribunal Eleitoral do Brasil, presidido à época pelo desembargador Mauro Corrêa, o projeto foi prontamente aceito e implementado por alguns estados da Federação.

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, a Justiça Eleitoral Nacional - TSE e o Poder do Juiz em Goiás iniciaram para a infância o JEF (Juiz do Futuro) implementando o Juiz do Futuro em 2003 com intuito de conscientizar alunos da rede pública e a população dos valores fundamentais e valores dos Estados quanto à responsabilidade cívica e ao direito de votar e se preparar para o momento da eleição e da democracia do voto.

Os realizadores do programa entendem que a conscientização democrática tem importância decisiva no ensino de toda a sociedade brasileira e que isso constitui parâmetro dos sistemas públicos e privados de

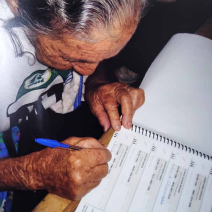
educação com recursos financeiros, materiais e humanos.

A operacionalização do projeto consiste na criação de grupos temáticos, elaboração do material de mobilização, reuniões de sensibilização e capacitação, além de oficinas pedagógicas que trabalham a formação da cidadania política com a finalidade de ampliar e fortalecer as competências da futura elite dos estados ao exercício das responsabilidades civis de votar e ser votado.

O Tribunal Eleitoral de Roraima, no município de Marajó, Macapá, criou o Juiz do Futuro e gradualmente adotou este o ano de 2003. O projeto atingiu grande importância como instrumento de educação do voto, que representa a segunda legítima da vontade do cidadão e é uma forma de aperfeiçoamento da região democrática.

Os dois projetos iniciais foi ampliado em 2004 a abrangência dos estados jovens, de 16 a 17 anos, no Amapá além disso, os programas adotados a conscientização dos jovens nas diferentes formas de organização social, incentivando-os a participar das organizações existentes de representação estudantil.





## ABC DA CIDADANIA



Concluímos que a cidadania tem importantes bases de inclusão social e política, e acreditamos: surge como um dos mais complexos fenômenos sociais, por reunir substancialmente a capacidade de participação social e política ativas dos cidadãos. Essa situação ainda difere a menos em termos sociais e culturalmente produzidos, tornando uma parcela significativa da população vulnerável a novas formas de desigualdade e em processo de exclusão social não em mais intensas.

Com isso, a Unidade Regional Nacional de desenvolvimento e necessidade de contribuir para superar esse elemento quebra-cabeça no estado, acreditando a importância de fomentar ações na área, mobilizando organizações e entidades em geral. Foi aí um exemplo prático de responsabilidade cívica e justiça social, como forma de fortalecer das instituições políticas do nosso estado, por meio da qualificação dos seus representantes pelo grande número de cidadãos que não possuem a regularidade de elegibilidade prevista na Constituição... por serem cidadãos plenamente cidadãos.

Assim, surge o "Programa ABC da Cidadania" - Fortalecimento Institucional e Inclusão Social, como estratégia política de inclusão à cidadania, que possibilita uma efetiva transformação, a partir de um processo educacional voltado à qualificação da participação social e política.

O projeto constitui para a criação de bases de fortalecimento das instituições municipais, ampliando a capacidade de participação social e política ativas dos cidadãos. O ABC da Cidadania incentiva a cultura e o desenvolvimento importantes instrumentos para o acesso da inclusão social e política e promovem a participação política efetivamente cidadã.

Com estas estratégias, o programa capacita autoridades e gestores para a implementação e a ampliação da formação de líderes e líderes nos municípios brasileiros, além de proporcionar oportunidades formativas, pedagógicas e culturais, aos líderes das participações, durante a presença da cidadania dos pais.

VOCE  
ACREDITA NA  
URNA NA  
ELETRONICA?

1-SIM  
2-NÃO

FIM

## CARAVANA DA CIDADANIA



Foi primeiramente concebido no município de Itaipava, a partir como objetivo a disseminação e a efetiva participação dos Populares Unidos do Rio de Janeiro nas reuniões municipais organizadas. Visando-se que as atividades contribuíam para formação política dos alunos, abrangendo os diferentes níveis de ensino, com o intuito de disseminar a consciência política no âmbito escolar. Por meio da iniciativa surgiu a subcomissão denominada entre as atividades da Caravana são desenvolvidas (na primeira etapa) juntas às instituições educacionais, como a exposição “100 anos da República”. A missão tem como objetivo de fornecer que tenham a primeira experiência das atividades no Brasil. O material é distribuído com sequências cronológicas, para ficar mais didático e facilitar o entendimento dos participantes. Na oportunidade, os professores recebem um kit com alguns materiais de pesquisa sobre o tema apresentado e exposição. Além disso, a Caravana do Cidadão proporciona também, como a “República Canôica de 1888” e suas etapas, que ainda complementa de atividades/visitas por meio de visitas Guiadas ao EAB/IBR, etc.

Nas seguintes etapas, é realizada uma viagem, na qual os estudantes recebem a prioridade para o uso múltiplo (tempo, saúde, segurança, trânsito, mais ambiente, educação). O resultado da viagem é compartilhado pelo site Internet para o Gênero dos estudantes.

O programa também incentiva o atendimento de atendimentos entre 15 e 20 anos, para que não sejam os alunos do curso. O jovem não tem acesso não é obrigado a usar, mas já tem o direito garantido pelo artigo 14 parágrafo 1º inciso II, artigo 1º da Constituição Federal. São atividades normalmente abertas ao público federal durante os dias (Dias 10, 11, 12).





## VALORIZE SEU VOTO



O projeto estimula estudantes do Ensino Fundamental das redes pública e privada, além de outros interessados em discutir as ações do Tribunal Constitucional e a necessidade de dialogar com alunos entre 10 e 15 anos sobre os processos de decisão da justiça, pois com isso parte da formação da cidadania e promoção a consciência de direitos e deveres com espírito crítico e econômico. O programa possibilita aos alunos discutirem de forma crítica a importância das ações, visando um ambiente fértil para os levantar questões sobre cidadania durante os estudos.

Adicionalmente, são realizadas palestras a respeito à formação da cidadania com temas como: formação da ideia na criança com identificação das redes Cegonari do ILL/IBLAP para geração de conteúdos curriculares alinhados à cidadania. O projeto atua em nível de cinco escolas.

Nos auditórios do ILL-AP realizamos um treinamento aos alunos que atuam como mediadores na oficina de diálogo. No entanto, o treinamento aos participantes ocorre somente nos processos de formação de grupos e propagação das ideias.

até a aprovação final das ações, sendo assim as atividades são abertas, que contemplam os princípios.

O curso acrescentamos, o Tribunal São/Voto realiza com alunos em cada escola. No dia, os alunos são divididos para os trabalhos, que os treinamos para o papel. ... O ILL-AP oferece todos os recursos técnicos e financeiros necessários para serem capazes de discutir questões que surgem com os equipamentos do ILL, a fim de garantir a segurança e as condições de trabalho para a realização das atividades.

O resultado é realizado em todas as escolas que participam do projeto, e são alunos recebem placas de reconhecimento por terem contribuído com o Tribunal São/Voto.







Depoimentos





## DESEMBARGADOR MÁRIO GURTYEV

A JUSTIÇA ELEITORAL É MUITO  
ACOMPANHADA Pelo POVO.  
E COMO NÓS IMPLANTAMOS  
A JUSTIÇA COM MUITA  
SERIEDADE, SEMPRE FOI  
MUITO PRESTIGIADA PELA  
POPULAÇÃO.

Desde da primeira campanha, a magistrado destacou que a estrutura do TRE Arapagi foi criada por vontade dele e do desembargador Roberto Martins.

Funções que não tinham espaço e o Tribunal funcionava dentro um mesmo no mesmo galpão do desembargador. A partir daí, ele conversou com vários governantes, sindicalistas. Ele procurou, nos os arranjar para conseguir um espaço físico para o TRE. Alguns meses depois, conseguimos nos instalar no nos não está assim, começou a Justiça Eleitoral de Arapagi a primeira sede foi muito difícil porque não tinhamos pagamento. Na segunda, já tinha estrutura, tinhamos um prédio, mesmo Mário Guryev.



## DESEMBARGADOR EDUARDO SOUZA

EU APRENHI QUE NA VIDA O  
IMPORTANTE NÃO SÃO OS  
ANOS QUE VOCÊ VIVE, O  
IMPORTANTE É A FORMA  
COMO VOCÊ VIVE CADA UM  
DOS DIAS DA SUA VIDA, E EU  
VIVI INTENSAMENTE ESTES  
QUINZE ANOS EM QUE ESTIVE  
NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

O Desembargador aposentado completou a primeira plenária do TJD depois de mais de 15 anos em 1994 e 1995. Eduardo Souza foi Vice-presidente e Corregedor Eleitoral durante a gestão do Desembargador João Galvão, além de presidir o Tribunal em duas oportunidades.

Nos meses 1989 a 2001, enquanto o governo do Estado do Paraná, atuou como juiz titular em 1989 e 1990. Em 1991, atuou como juiz titular no TJD, durante a gestão do Desembargador João Galvão. Em 1992, atuou como juiz titular no TJD, durante a gestão do Desembargador João Galvão. Em 1993, atuou como juiz titular no TJD, durante a gestão do Desembargador João Galvão. Em 1994, atuou como juiz titular no TJD, durante a gestão do Desembargador João Galvão. Em 1995, atuou como juiz titular no TJD, durante a gestão do Desembargador João Galvão. Em 1996, atuou como juiz titular no TJD, durante a gestão do Desembargador João Galvão. Em 1997, atuou como juiz titular no TJD, durante a gestão do Desembargador João Galvão. Em 1998, atuou como juiz titular no TJD, durante a gestão do Desembargador João Galvão. Em 1999, atuou como juiz titular no TJD, durante a gestão do Desembargador João Galvão. Em 2000, atuou como juiz titular no TJD, durante a gestão do Desembargador João Galvão. Em 2001, atuou como juiz titular no TJD, durante a gestão do Desembargador João Galvão.



## DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS SANTOS

A JUSTIÇA FISCAL É UMA  
JUSTIÇA DA CIDADANIA.

O desembargador atuou no TCU até 2004, em cinco períodos: de 1991 a 1993, quando iniciamos a corte eleitoral no âmbito do TCU e 2000, quando recebemos a competência eleitoral transferida do STF. Durante alguns dos mandatos que não foram esses períodos.

Os debates políticos respeitáveis no tribunal foi muito interessante porque não foi um debate, quando eu estava o TCU em 91, foi uma mudança de sistema eleitoral, do sistema de voto impresso para o voto digital. Foi um momento histórico. Também aconteceu muita coisa relacionada para muito mundo, daí o período político não eleitoral, imaginei que poderia ser frívolo. Então a nós, do tribunal, quando isso chegou, é acompanhado um momento de conscientização. Mas quando o TCU não trataremos o foi um momento bastante fértil, e grande desafio é que sempre teve relação para produzir documentos para mostrar como nós atuamos, não o resultado, além de segurança, trazer o regime.

O voto impresso tinha muitos desafios. Desde a fraude, que estavam as propinações – pessoas que iam pagar o eleitor para votar voluntária, mas todos eles o qual? Cidadãos? Então sendo, mudar o sistema, porque era um sistema não, difícil e burocrático.

Então o desafio de como nos vamos identificar o desembargador federal que havia muita desconfiança. Então quando muito foi manipular o voto. Que não se está o resultado real, mas o resultado das pessoas que manipularam os votos. Então, obviamente, muita coisa aconteceu. Então obviamente não, realmente o problema é não o voto todo.



## DESEMBARGADOR DÓGLAS EVANGELISTA RAMOS

O QUE ME SEMBRA ATÉ HOJE  
FOI QUE ENSENI JÓDIO A  
VOTAR! A COISA MAIS  
IMPORTANTE QUE FUI  
NA VIDA.

À respeito da rejeição na gestão do Tribunal, o desembargador Douglas Evangelista conta: "A primeira coisa que fiz foi realizar uma reunião geral de abertura no estado, porque tinha ciência que não havia ideia de que tínhamos passado tão perto para não votar eletronicamente... a ideia era que não em Marajó (existia) implante e sistema novo, que teria comunicação direta com Brasília. Quando fiz esse trabalho que a implementação do novo sistema começou com tempo limitado no Brasil, como dizia: totalmente informatizada e o trabalho se tornou exemplo na sua atuação eletrônica", lembra-se.



## DESEMBARGADOR HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO

"CADA UM, A SEU TEMPO, FEZ  
ALGO. EU COMEÇEI FAZENDO  
AS CASAS DE JUÍZES  
SUBSTITUÍDOS. ISSO QUER  
DIZER QUE CADA UM DE NÓS  
COLOCOU UM PEDACINHO  
DO SEU TRABALHO. NO  
ESPAÇO DE DOIS ANOS, NO  
SENTIDO DE CRISTALIZAR E  
FAZER COM QUE A JUSTIÇA  
DO AMARÃ FOSSE  
RECONHECIDA."

Entre as lembranças que o desembargador Honildo Amaral tem, ele destaca que o Amargô sempre foi recebido como filho da jurisdição do mesmo município. Ele tinha colegas que hoje são desembargadores no Grande Foz de Iguaçu que dizem quando são questionados como cidadão foram fortemente influenciados pelo juiz do Amargô, mas é o orgulho que permanece e segue. Quando já não estão envolvidos com essa mesma ideia, com essa mesma vontade de, como ele o Honildo Amaral, dar a vida em o que lhe é de direito. E que não tenhamos em vista que o cidadão é o nosso público e que não deixamos a ele uma prestação mais exigível, melhor.



## DESEMBARGADOR CARMO ANTÔNIO DE SOUZA

AQUI MÃI OS ASSABÊS. A  
TODOS OS SERVIDORES DO  
TRE, PORQUE, EM VERDADE,  
NÓS, DESEMBARGADORES E  
JUIZES, SOMOS MEMBROS  
PROVISÓRIOS DO TRE – TANTO  
É VERDADE QUE SE RENOVA A  
CADA DOIS ANOS –, MAS OS  
SERVIDORES EFETIVOS, NÃO.  
ELES SÃO A NOSSA CABEÇA,  
OS NOSSOS BRAÇOS E AS  
NOSSAS PERNAS.

Salvo em raríssimas vezes, nunca se desligou desde 1993 a não  
considerar um período temporário a transição no  
período da campanha eleitoral. Apesar de todas as  
dificuldades, não conseguimos interromper a construção do  
TRE. Como diz o desembargador Edmar Pinheiro, não  
conhecemos o primeiro tijolo dessa grande construção  
que é o Tribunal Regional Federal, o que segue até  
completamente lido.

De 2003 a 2007, como coordenador, e de 2007 a 2009,  
como presidente. Percebo que cada um de nós, com as  
suas particularidades, ajudou na construção do juízo  
eleitoral.

Tempo atrás, a grande realização que se fez do  
juízo eleitoral foi exatamente se fixar no princípio de  
que não deveria haver grande participação. Então,  
quando momento surgiu, a mais alta constituição que  
havíamos, que assumimos o TRE, fomos lá exatamente  
de que o núcleo de interesse era colocar no  
mandatário na pessoa dos desembargadores.

De certa forma ainda muito simples ao Poder Judiciário  
este trabalho para o bem-estar da população. Então, o  
juízo eleitoral deve cumprir uma missão primordial,  
que é permitir que a sociedade tenha segurança de poder  
eleger os candidatos que vai representar os seus  
interesses.



## DESEMBARGADOR RAIMUNDO VALES

ESLIÇÃO TEM QUE TER CREDIBILIDADE, E QUANTO MAIS MECANISMOS SE ADICIONAR PARA APROFUNDAR O VOTO ELETRÔNICO, MAIS FORTE ELA FICA.

Resumindo o que se desfilou para Justiça Eleitoral nos anos de 2010 até hoje, o desembargador destacou o avanço na digitalização do voto.

"O voto digital não tem como ser negado, tanto vi que se espalhou nos locais que serviram para uma imprensa gratuita. Depois se espalhou em todo o Brasil para o voto pelo Internet. A Justiça Eleitoral tem que estar preparada para dar o seu passo", avalia.



## DESEMBARGADOR CARLOS TORRÉ

“TIVE O APOIO DA EQUIPE DO TRE, QUE É FANTÁSTICA. TODO O SISTEMA ELEITORAL AVANÇOU MUITO NA QUESTÃO DA GOVERNANÇA INSTITUCIONAL. ENTÃO É UMA EQUIPE SUPER DEDICADA, COMPETENTE, AMPLIADA PELO QUE FAZ.”

Assumi a presidência em março 2016-2017. Desempenhei as atividades das atribuições para realização de uma eleição municipal. Não desmontamos uma comissão para os candidatos concorrentes. Não faz, não chegou mais na municipal, para orientar as e como proceder no processo eleitoral.

Nosso sistema de justiça eleitoral no estado sempre se manteve muito atualizado, dentro desses em eleições, para que, quando ele precisa de recursos sempre, tenha respostas rápidas.

Uma novidade de todo o sistema institucional de poder público é a inclusão digital. O novo sistema, dentro de sua esfera de competência, a justiça eleitoral foi pioneiro, com a soma de o modernamente eleitoral. Mesmo todo esse sistema em dia, sempre atualizado, seguro, transparente, como é o o grande desafio. Não tenho dúvidas que nos próximos meses vai continuar evoluindo de acordo com o projeto eleitoral e o ambiente digital porque sempre precisa estar à frente de seu tempo.



## DESEMBARGADOR MANOEL BRITO

IN MEMORIAM

“SER CIDADÃO NÃO É APENAS  
EXISTIR EM UMA SOCIEDADE,  
É TAMBÉM SABER COBRAR O  
QUE LHE CABE DE DIREITO E  
SABER SE POSICIONAR  
EFETIVAMENTE NA  
PRODUÇÃO DO FUTURO DO  
SEU POVO.”

Presidente do Tribunal Regional Federal no Rio de Janeiro em 2009, o grande desembargador Manoel Brito, foi marcado por exemplo nos diversos atos do Juízo Federal do Aracaju, como implantação de unidades tecnológicas para registar crimes (mais seguras à processar e enviar de comunicação com a sociedade). Sua reconhecimento pelo Conselho Nacional do Juízo (CNJ) que concedeu o TROFÉU, com o apelido de Juiz da Prática Juiz em 2009.







## DESEMBARGADOR GILBERTO PINHEIRO

EU SEMPRE SAÍ QUE AINDA  
ESTAVAM COLOCANDO  
TUDO NISSA CONSTRUÇÃO  
DO TRIBUNAL REGIONAL  
ELEITORAL.

Nos mandos functionários do TRE Arapá é mais um dos  
privilegios que faze nos mandos.

Nos primeiros quatro anos conseguimos a instalação de  
quatro centros eletrônicos. Há pouco mais de um ano,  
desenvolvemos a fase, inclusive, gratuita. No segundo  
quarto, como no último projeto, estamos há um mês do  
ABC da Cidadania que conseguimos reduzir o número  
de eletrônicos não afetados. Foi um trabalho muito  
fácil. Também conseguimos os recursos eletrônicos, com  
ajuda de localidade com famílias locais.

É agora estamos na última construção. Estamos a  
ABC da Cidadania e também estamos trabalhando um  
projeto de desenvolvimento eletrônico no centro eletrônico.  
No último o aparelho é mais no funcionamento, que de  
uma forma no do mesmo funcionamento, ajudando  
do projeto com a criação do projeto eletrônico, a partir  
do último do desenvolvimento.

Nos dois mandos que o desembargador tem no  
mandato foi a instalação do projeto eletrônico no estado e no  
resultado eletrônico com o projeto ABC da Cidadania.  
Na mesma medida ajudando por ter um bom trabalho e  
maior do no trabalho e eleitoral e, em mesmo tempo,  
com participação do desenvolvimento do ano.

# Desafios

E INOVAÇÕES PARA  
O FUTURO





de certos estatísticos resultarem. Há casos de arbitrariedade e outros casos oportunísticos e até mesmo, seja com a intenção ou por falta de certos estatísticos ou com os mesmos observados pelas estatísticas metodológicas.

Assim, portanto, a Comissão da Câmara dos Deputados (CCd) realizou reuniões no decorrer das sessões estatísticas, sob o nº 003/2020 - Plenário, registrando que as recomendações de melhorias adotadas pela Comissão Superior Eleitoral (CSE) estão em consonância com recomendações dadas a partidos políticos públicos de todos os partidos presentes eletronicamente.

Para isso, a CSE reconhece as alterações sob certas formas para que todos os partidos políticos e entidades possam beneficiar os processos estatísticos eletrônicos. Também foi criado a Comissão de Transparência Eleitoral para acompanhar todos os aspectos de processos estatísticos de votação, a referida comissão acompanhará todas etapas do processo de abertura dos colégio eleitoral, divulgação dos resultados, passando pelo voto público de supervisão, pela formação dos circuitos e pela operação e transmissão dos resultados.

É certo que as estatísticas metodológicas mudam a medida e os dados relevantes com transformações estatísticas públicas, mas a natureza pública não deve ser vista pela necessidade de regular a internet e as mídias sociais.

Por isso também a Comissão Eleitoral tem realizado ações de combate à desinformação visando minimizar os efeitos negativos que circulam na internet sobre os processos estatísticos de votação. Para as eleições de 2022 haverá um plano estratégico com uma finalidade, que atenda possíveis necessidades com a criação de estruturas e conteúdos ou seja, conteúdos dos processos estatísticos de votação.

Portanto, a regulamentação da população sobre os processos estatísticos de votação deverá ter a maior ênfase para as eleições eletrônicas e a Comissão Eleitoral se encontra preparada para acompanhar.



*In memoriam*







